

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) EM SALA DE AULA: UMA ANÁLISE DOS ANAIS DO CONEDU 2023

Evanilson Alves Pereira¹
Kézia Viana Gonçalves²

RESUMO

A discussão sobre a inclusão vem ganhando mais espaço no âmbito educativo e social, especialmente após um longo período de exclusão e segregação que marcou o processo educativo. Atualmente, reconhece-se que as pessoas com deficiência devem ter seu espaço e seus direitos garantidos, conforme previsto em lei. Entretanto, as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representam um exemplo significativo de um grupo que, apesar dos avanços, ainda necessita de grande atenção quanto a efetivação de uma educação de qualidade e inserção social. Assim, o presente estudo teve como objetivo tecer uma análise sobre a inclusão de alunos autistas em sala de aula, buscando identificar alguns desafios e possibilidades inerentes a essa prática em diferentes contextos de ensino. Para alcançar os objetivos propostos desenvolveu-se uma revisão bibliográfica, tendo como referência os trabalhos publicados nos Anais (ISSN: 2358-8829) do IX Congresso Nacional de Educação (CONEDU), organizados na modalidade de comunicação oral e disponíveis no GT Educação Especial. Essa revisão possibilitou uma discussão aprofundada sobre o cenário da educação especial e inclusiva envolvendo pessoas com TEA. Os resultados revelaram que a educação especial surgiu em um cenário bastante excludente, sendo que até dos dias de hoje as pessoas com deficiência enfrentam diversas dificuldades quando se trata de sua inserção no ambiente escolar. Isso reforça que os estudos e as ações voltadas para a educação inclusiva são de fundamental importância para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, mesmo que tal ação se dê a passos lentos.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Especial. TEA.

ABSTRACT

The discussion on inclusion has been gaining more space in the educational and social spheres, especially after a long period of exclusion and segregation that marked the educational process. Currently, it is recognized that people with disabilities must have their space and their rights guaranteed, as provided by law. However, people with autism spectrum disorder (ASD) represent a significant example of a group that, despite advances, still needs great attention regarding the effectiveness of quality education and social insertion. Thus, the present study aimed to analyze the inclusion of students with ASD in the classroom, seeking to identify some challenges and possibilities inherent to this practice in different teaching contexts. To achieve the proposed objectives, a bibliographic

¹ Pedagoga. Especialista em Gestão Escolar. Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade. Doutoranda em Ensino de Ciências e Matemática.

² Graduado em matemática - UFERSA. Graduando em Pedagogia – UFRN. Especialista em Língua portuguesa e matemática numa perspectiva transdisciplinar – IFRN. Especialista em Atendimento Educacional Especializado (AEE) – UFERSA.

review was conducted on the works published in the proceedings (ISSN: 2358-8829) of the IX National Education Conference (CONEDU), organized in the oral communication modality and available in the Special Education Workgroup. This review enabled an in-depth discussion of the special and inclusive education landscape involving people with ASD. The results revealed that special education emerged in a very exclusive scenario, and even today people with disabilities face several difficulties when it comes to their insertion in the school environment. This reinforces that studies and actions aimed at inclusive education are of fundamental importance for the construction of a fairer and more egalitarian society, even if such actions are implemented slowly.

Key words: Inclusion. Special Education. ASD.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão tem se tornado um tema cada vez mais recorrente nas discussões sociais, o que tem ampliado o reconhecimento da diversidade humana em todos os sentidos. Sabe-se que o social reflete principalmente no ensino, pois ambos os âmbitos se complementam e se influenciam mutuamente, assim tais discussões deságuam diretamente no meio escolar. Nos últimos anos diversas deficiências e dificuldades de aprendizagem têm sido reconhecidas como situações das quais o indivíduo necessita de uma atenção especializada.

Embora essa necessidade seja reconhecida, faz-se preciso compreender também que a educação que se tem hoje é resultado de um longo contexto de exclusão que, por muito tempo caracterizou a sociedade e, conseqüentemente, as ações educativas. Nesse interim, as discussões sobre os mais diversos tipos de deficiência têm incentivado a aceitação e fortalecido o discurso da inclusão escolar, oportunizando o acesso a escola para pessoas com deficiência.

Assim, esses indivíduos chegam na escola que se construiu baseada em um contexto excludente, e acabam indo de encontro com diversos desafios. Partindo disso, o presente artigo visa desenvolver uma revisão bibliográfica com o objetivo de analisar e discutir em que pé está a inclusão de alunos autistas em sala de aula e principalmente quais são as possibilidades e os desafios identificadas pelos principais teóricos sobre o tema, a fim de construir um panorama geral do contexto educacional dos dias atuais em relação à pessoa com deficiência.

Para isso, o trabalho se organizou em seis tópicos e três subtópicos, sendo o primeiro voltado a falar um pouco sobre a história da educação inclusiva, pois para que seja possível compreender o porquê da educação e a sociedade funcionarem da forma como estão hoje, torna-se imprescindível reconhecer o contexto histórico que fazem parte. A seguir tem-se o tópico que visa caracterizar o Transtorno do Espectro Autista (TEA), a fim de discorrer sobre as especificidades da pessoa com TEA e quais os desafios enfrentados por esses indivíduos, bem como dos que lidam com o mesmo no ambiente escolar. No tópico três, apresenta-se um apanhado geral das principais políticas relacionadas a educação especial, buscando relacioná-las com o autismo na sociedade atual, aqui temos o subtópico que trata do autismo na escola contemporânea, onde buscamos trazer algumas considerações do TEA no ambiente escolar na contemporaneidade, ainda dentro desta terceira parte tem-se o subtópico direcionado a apresentar o papel do professor na educação inclusiva, onde são apresentadas e discutidas algumas considerações de autores que estudam o tema. Na quinta parte tem-se a metodologia, onde busca-se descrever os caminhos da pesquisa. Por último, o sexto tópico

apresenta os resultados e discussões do estudo, desenvolvidos a partir da análise desenvolvida.

2. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Olhar para a educação sob a ótica da inclusão nos dias atuais requer que olhemos também para o contexto em que a mesma surgiu. A história da educação inclusiva no Brasil pode ser definida como bastante complexa e multifacetada, na medida em que reflete os diversos desafios enfrentados ao longo do tempo, tanto por alunos quanto por educadores. Diversos avanços precisaram ocorrer para que o atendimento às pessoas com deficiência pudesse ocorrer dignamente, sendo que tais avanços tiveram início em outras partes do mundo antes de chegar até aqui.

O primeiro país a realmente estabelecer uma lei voltada exclusivamente para o atendimento especial foram os Estados Unidos da América, que em 1975 promulgaram a Lei de Educação para Todos os Deficientes (Education for All Handicapped Children Act), conhecida também como Lei Pública 94-142 ou Lei PL 94-142. A criação dessa lei configurou-se como um marco histórico pois garantia o direito à educação pública e gratuita para todas as crianças com deficiência nos Estados Unidos, independentemente da natureza ou gravidade de suas deficiências (Capellini, 2001).

De certa forma essa ação veio a impulsionar todo o processo inclusivo que rodeia a educação no mundo todo, pois os demais países já identificavam a necessidade de mudanças na sociedade em relação às pessoas com deficiência. Esse impulso levou a discussão sobre a junção do ensino especial com o ensino regular, que até então funcionavam de maneira separada. Essa separação dada justamente pelo contexto histórico exclusivo do qual a educação nasceu.

No Brasil, a evolução da educação especial tem sido um processo lento, marcado por avanços e desafios. Até os dias de hoje alguns obstáculos se colocam no caminho do fazer educacional dentro do ambiente escolar quando se fala no processo de ensino e aprendizagem envolvendo pessoas com deficiência. Principalmente quando se fala em TEA, ainda existem muitas incertezas, já que no curso da história a descoberta do TEA é relativamente recente, e suas características ainda não são conhecidas plenamente, bem como as práticas educativas específicas para lidar com tal característica.

Entender o lugar do TEA na sociedade e na escola atualmente, requer que compreendamos o que levou ao ensino brasileiro a ser, basicamente, segregacionista em relação a pessoas com deficiência, sendo essa a finalidade do texto que se segue.

O funcionamento da educação no Brasil com relação à inclusão de pessoas com alguma deficiência é, visivelmente, parte de um longo contexto histórico, que se diferencia do cenário que se tem hoje. Observando a história, nota-se que o cuidado a pessoas com deficiência teve seu início e seu crescimento separado da educação, ou seja, à parte das instituições de ensino. Sendo assim, o que seria a “educação especial” construiu-se ao longo do tempo de uma forma separada da educação direcionada às pessoas “normais”.

Essa divisão no sistema educacional tem suas raízes em um contexto histórico que remonta à época da colonização. É crucial notar que, durante esses períodos, a educação não era vista como uma prioridade, resultando em um acesso limitado, o que levava a altas taxas de analfabetismo entre a população em geral. Além disso, a estrutura econômica do país não promovia um amplo acesso à educação. Vale lembrar que uma parte significativa da população era composta por escravos (Kassar, 2011).

O caminho da pessoa com deficiência não se fez de maneira simples na sociedade e menos ainda na escola, ao analisar o histórico da educação especial no Brasil, é possível inferir que em outra época, as crianças com alguma deficiência não recebiam qualquer tipo de assistência nem educação. De modo geral, as pessoas que tinham deficiência, mas apresentavam comportamento pacífico, ficavam em casa sendo cuidados e os que não poderiam ser inseridos no convívio social por necessitarem de um atendimento mais elaborado eram encaminhados para os hospícios.

Na Idade Média, as pessoas “doentes”, “defeituosas” ou mentalmente afetadas, não podiam ser exterminadas, pois eram criaturas de Deus. Alguns eram “aproveitados” como fonte de diversão, como bobos da corte, material de exposição deixado à própria sorte. Ainda no século XVIII começaram a surgir instituições para abrigar deficientes mentais (Lopes, 2012, p.11).

Quando se adentra um pouco mais naquilo que a história nos conta, encontramos termos como “defeituosos” e descrições como essa. A utilização de pessoas com deficiência como atração em circos também era uma realidade marcante de décadas passadas. Apesar de em muitos casos essa ser uma forma de sobreviver, pois era isso que as pessoas com alguma deficiência faziam, o fato era que tais atividades não proporcionavam nenhum tipo de desenvolvimento físico ou mental que pudesse melhorar a condição desses indivíduos.

Em termos de educação, pode-se dizer que os primeiros indícios de alguma preocupação com pessoas com deficiência começaram a aparecer no século XVI por meio de ações desenvolvidas por médicos e pedagogos com interesses que iam além do preconceito estabelecido da época, sendo que não havia espaços para o desenvolvimento de tais estudos, de maneira que os mesmos se davam em espaços particulares. Assim, as experiências eram poucas e ocorriam de maneira custodial. Nesse mesmo período surgiam os locais que serviriam de asilo para essas pessoas com deficiência. Essa fase também foi profundamente caracterizada pela exclusão, pois acreditava-se que as pessoas com limitações seriam mais bem cuidadas se mantidas exiladas, em ambientes separados dos demais, com a intenção de proteger a sociedade dos “anormais” (Mendes, 2006).

No século XIX, com o início da institucionalização da educação especial, foram criadas as salas especiais, sendo elas separadas das demais, mas dentro da instituição de ensino onde os alunos com deficiência eram colocados separados. Sabe-se que nessa época os educadores ainda não sabiam exatamente como lidar com tal situação, e o material de trabalho utilizado nas salas especiais na época não era exatamente algo bem elaborado que desse conta das necessidades daqueles a quem era direcionado. Muito menos a formação dos professores era o suficiente para o enfrentamento dos desafios intrínsecos à educação de pessoas com deficiência.

A partir desse ponto inicial da história característica do Brasil, e também visível em outras partes do mundo, já se pode imaginar que modelo de educação viria a se instaurar mais adiante. Diz-se isso porque os acontecimentos que marcam o início de uma determinada situação, influenciam significativamente o seu processo de desenvolvimento.

Em se tratando de evolução dentro do processo histórico, é válido destacar o período da República, que foi caracterizado pela preocupação com o nível de instrução da grande massa populacional. Essa preocupação resultou em um aumento de 17,16% nas taxas de escolarização entre os anos de 1920 e 1950. Enquanto aqui se viam pequenas evoluções na busca por alcançar o básico, em países europeus, desenvolviam-se pesquisas sobre os graus de inteligência, por Alfred Binet (1857-1911) e Theodore Simon (1872-1961) que haviam publicado em 1905 uma escala de inteligência, que basicamente média a idade

mental dos indivíduos. Enquanto, no Brasil, vivenciava-se um contexto completamente segregacionista, pautado na ideia de que o ideal para o desenvolvimento dos educandos seria justamente a separação dos alunos “normais” daqueles que apresentavam alguma deficiência. Dessa forma, as práticas educativas direcionadas ao ensino para pessoas com deficiência, evoluíram de um contexto em que era solicitado ao professor que o mesmo identificasse os possíveis alunos que se enquadrariam como “anormais” para que fosse possível a separação para criação de salas de aula homogêneas (Kassar, 2011).

Sabe-se que a sociedade e a escola são dois polos que se influenciam mutuamente, sendo assim, observando o contexto histórico, podemos deduzir que mesmo que a longo prazo as crianças que aprendiam que deveriam “isolar as diferenças” eram as mesmas crianças que comporiam a sociedade do futuro, como também iria formar uma outra geração, e outra, e assim sucessivamente, de maneira que as tendências preconceituosas iriam se concretizar cada vez mais. Obviamente, essa é uma realidade que precisa ser alvo de reflexão e discussão pois a está estabelecida e sendo assim, não há como mudá-la do dia para a noite.

Em relação ao percurso histórico do TEA, o mesmo só veio a ser citado pela primeira vez em 1943 por um médico austríaco chamado Leo Kanner, nos Estados Unidos. No ano seguinte o mesmo transtorno seria descrito de uma forma muito semelhante por outro médico austríaco chamado Hans Asperger, em 1944. Segundo a história, esses dois médicos não tiveram contato, e nem compartilharam seus estudos, o que aponta que a descoberta partiu de ambos (Mello, 2013).

Em sua obra “Relatos do autismo no Brasil”, a autora Mello (2013) traz um detalhado texto que aponta o percurso histórico do autismo desde sua descoberta, sendo que um acontecimento marcante nesse processo veio a acontecer quase dezoito anos após a descoberta quando, em uma entrevista dada a British Broadcasting Corporation (BBC), de Londres, no programa “Women’s Hour”, Helen Allison falou sobre seu filho autista. Apesar de a entrevista ter sido dada depois de muitos anos da descoberta do TEA, após sua exposição no canal de televisão, Allison recebeu inúmeras cartas de pais de indivíduos com TEA. Tudo isso refletiu significativamente na vida das pessoas com o transtorno, bem como em suas famílias, pois logo após a divulgação dessa entrevista inúmeras ações levaram a criação da NAS (National Autistic Society), criada em 1962, por iniciativa dos pais que viram a entrevista e perceberam a necessidade de se ter uma associação voltada exclusivamente para o compartilhamento de experiências e suporte a pessoa autista. A NAS teve como objetivos iniciais a criação de centros de apoio que atendessem crianças e adultos, e a criação de um serviço de informação para os pais (Mello, 2013).

Voltando nossa atenção para o cenário brasileiro, a primeira associação voltada exclusivamente para pessoas autistas foi a AMA (Associação de Amigos do Autista), que também não trilhou um caminho fácil. A primeira reunião do grupo aconteceu em um consultório psiquiátrico, onde os pais se reuniam a fim de encontrar suas próprias respostas para lidar com as necessidades dos filhos por meio de compartilhamento de experiências e debates independentes. Em 1983, esta associação foi oficialmente registrada, sendo que os anos seguintes foram de muito trabalho e diversas ações desenvolvidas pelos integrantes da associação. Com tudo, foi possível abrir uma escola para atender crianças autistas, dessa forma a associação foi crescendo, até que conseguiram colocar uma propaganda em um canal de TV aberta, o que possibilitou o alcance de ainda mais pessoas. Dessa forma, a AMA tornou-se conhecida, e encorajou mais pais a procurarem ajuda (Mello, 2013).

2.1 Caracterizando o TEA em sua complexidade

Ao refletir um pouco sobre essa parte da construção histórica somos levados a pensar sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas, que tinham membros autistas na família, sem nenhum suporte ou conhecimento para lidar com algo tão complexo e que apresenta tantas nuances como o TEA. Sabe-se que existem os graus e os indivíduos com TEA podem apresentar diferentes características e comportamentos distintos dependendo da variação dentro da escala. Assim, incitar uma discussão sobre o autismo requer uma compreensão sobre esse transtorno, e esse esclarecimento pode ser encontrado no Manual de Orientação da Sociedade Brasileira de Pediatria, que caracteriza o partindo da descrição da dificuldade de interação e comunicação, bem como pela presença de interesses e comportamentos repetitivos, podendo ser restritos. A resistência a interação social é de fato uma característica bastante notável, além dos comportamentos repetitivos. No entanto essas características podem variar em grau de intensidade de pessoa para pessoa (Brasil, 2019).

Uma das características que coloca o TEA como algo tão complexo é a sua variabilidade de características de pessoa pra pessoa, sendo que em alguns casos essas características já podem ser identificadas nos primeiros anos de vida, e em outros pode demorar um pouco mais para se tornarem notáveis. O Manual de onde foram retiradas as informações que discutimos nesta pesquisa, traz uma crítica em relação ao fato de que o diagnóstico do TEA só é dado realmente entre os 4 e 5 anos de idade, o que pode atrasar os resultados de um tratamento pois muitas estereotípias que caracterizam o autismo podem já estar enraizadas quando a criança recebe a confirmação do transtorno e os pais vão em busca de tratamento. Além disso, sabe-se que existem também os familiares que se negam a aceitar que os filhos tenham alguma deficiência, o que se configura como mais um obstáculo no caminho do desenvolvimento de uma pessoa com autismo (Brasil, 2019).

Os sinais possuem expressividade variável e geralmente iniciam-se antes dos três anos de idade. A criança com TEA apresenta uma tríade singular, a qual se caracteriza pela dificuldade e prejuízos qualitativos da comunicação verbal e não verbal, na interatividade social e na restrição do seu ciclo de atividades e interesses. Neste tipo de transtorno, podem também fazer parte da sintomatologia movimentos estereotipados e maneirismos, assim como padrão de inteligência variável e temperamento extremamente lábil (Pinto et al., 2016, s/n).

Como pessoas atuantes na educação, não podemos refletir sobre o autismo e seu caminho escolar e social sem refletir também sobre os pais em negação assim deixados pelo diagnóstico do autismo. Apesar de já estar presente na mídia há algumas décadas ainda é algo muito novo em muitas famílias, o que pode sim causar uma situação de estresse, espanto e negação que inclusive pode afetar emocionalmente a criança que tem o transtorno, sendo também prejudicial ao seu desenvolvimento.

Portanto, é uma situação que desencadeia alterações na vida familiar devido às necessidades de acompanhamento da criança para seu desenvolvimento. O diagnóstico de uma doença crônica no âmbito familiar, especialmente em se tratando de crianças, constitui uma situação de impacto, podendo repercutir na mudança da rotina diária, na readaptação de papéis e ocasionando efeitos diversos no âmbito ocupacional, financeiro e das relações familiares. Frente ao momento de revelação da doença ou síndrome crônica, a exemplo do TEA, a família comumente perpassa por uma sequência de estágios, a saber: impacto, negação, luto, enfoque externo e encerramento, as quais estão associadas a sentimentos difíceis e conflituosos (Pinto et al., 2016, s/n).

O trecho citado do artigo acima citado, destaca a complexidade e o profundo impacto que o diagnóstico do TEA, entendido como uma doença crônica pode causar em uma instituição familiar estável. Diz isso, pois, tal situação altera não só a rotina diária, mas também todo um planejamento de futuro, bem como requer que haja uma readaptação de papéis dentro do seio familiar. A exemplo disso, e baseado no trecho citado, os pais, como pessoas diretamente responsáveis pelo indivíduo na maioria das vezes, podem precisar ajustar suas carreiras ou alterar a forma como distribuem suas responsabilidades diárias a fim de atender as necessidades da criança com TEA, que dependendo do seu nível de suporte pode ser uma mudança brusca. Necessidade de cuidados médicos mais específicos também podem levar a alterações financeiras levando a situações que pressionam a família, o que também pode acabar gerando ainda mais estranhamento.

Ainda falando da profundidade do trecho apresentado, podemos ver a descrição dos estágios pelos quais uma família pode passar ao descobrir um indivíduo com TEA em seu meio, o que envolve o impacto, a negação, o luto, enfoque externo e encerramento, nos mostrando o quão espessas são as reações emocionais. Pode-se notar que esses estágios apresentam uma certa semelhança com aquilo que é enfrentado em situações de perda, o que indica que a descoberta de uma condição crônica tem um impacto parecido com o do luto em questão de complexidade segundo as autoras. Entende-se que o fato de envolver a sensação de luto está diretamente ligada a “perda” de uma vida que foi imaginada e muitas vezes planejada para aquela criança.

Por último, o trecho do artigo citado apresenta uma importante questão que é o impacto nas relações familiares, pois é preciso considerar que cada membro tende a reagir de maneira distinta frente a um diagnóstico de autismo. Tal situação pode levar a estreitamento de laços sim, mas também pode levar a conflitos. Por esses motivos, bem como por outras questões que podem surgir, pois as relações humanas são carregadas de extrema complexidade, é que se torna fundamental o apoio profissional externo, não só para a criança, mas também para a família.

Nota-se que, a complexidade que rodeia o autismo não está contida apenas no ambiente escolar e nas situações vivenciadas pelos professores em sala de aula. Todo o processo de enfrentamento de dificuldades tem início desde muito cedo, já na instituição familiar. Assim, situações como a falta de tempo, falta de entendimento ao lidar com o indivíduo autista, questões emocionais, entre outros pontos, fazem parte da convivência com a pessoa autista, por isso a busca por acompanhamento especializado por parte dos pais, bem como por formação complementar por parte dos professores é de fundamental importância em todos os aspectos do TEA (Pinto, et al., 2016).

3. O QUE DIZEM AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Comparando o contexto histórico da qual a educação advém, fica claro que, de fato, hoje existem leis que asseguram uma educação de qualidade a todos. Tal afirmação tem base primeiramente na Constituição Federal de 1988, que assegura: “Todas as crianças brasileiras têm o direito de ser diferente, instituindo como um dos princípios do ensino a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, inciso I)”. Essa afirmação contida no texto da constituição vem reforçar uma ideia de um ensino mais inclusivo e que valorize a diversidade.

Este princípio fundamental, estabelecido no artigo 206, inciso I, ressalta o compromisso do Estado em garantir igualdade de condições de acesso e permanência na escola para todas as crianças, independentemente de suas diferenças. Esse reconhecimento

do direito pela constituição, vem acolher muito mais do que a diversidade cultural do país, pois também inclui as diferenças e as necessidades distintas existentes no âmbito escolar, ou seja, visa dar conta de assegurar os direitos dos alunos de todos os tipos e com as mais diferentes características.

O princípio constitucional visa colocar em prática os valores éticos, democráticos e assegurar os direitos humanos, pois coloca a educação em um papel que transpõe o mero compartilhamento de conteúdo em sala de aula, na medida em que propõe uma educação que forme o aluno para a vida em sociedade. No entanto, até nos dias atuais, o desafio em implantar esse princípio é grande o bastante para que desde a época de sua publicação, até os dias atuais, ainda não se tenha tido total êxito em relação a inclusão e/ou a solidificação de uma sociedade inclusiva.

Apesar da evolução que tem se dado a passos lentos, falar sobre o TEA requer que consideremos também a legislação em que a educação especial tem base para suas ações. Apesar do tempo transcorrido desde o reconhecimento da educação especial como algo importante, até os dias de hoje ainda é bem forte em nossa sociedade a tendência segregadora, no entanto a educação é o princípio básico de todos os indivíduos, todos nós precisamos dela para nos desenvolver plenamente perante a sociedade. Desta forma, segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394 de 96) título II, artigo 2º:

A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualidade para o trabalho.

O trecho da LDB destaca a importância de a educação como dever da família e do Estado, sendo estes um pilar fundamental na formação dos indivíduos, bem como na formação de uma sociedade mais igualitária. Nesse contexto, a educação é tida como essencial no desenvolvimento integral do ser humano, envolvendo não somente o aspecto acadêmico, como também o pessoal e o social. Isso porque, ao preparar os indivíduos para exercer a cidadania, a educação ultrapassa a mera transmissão de saberes, na medida em que deve buscar formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres capazes de participar do meio social e respeitar o espaço do outro.

Relacionando a pessoa com autismo, nota-se o quanto é importante considerar a preocupação com o incentivo ao exercício da cidadania, e isso inclui a compreensão e o respeito as diferenças. Não é apenas a pessoa com TEA que deve ser instruída sobre o convívio em sociedade, mas também aqueles que o cercam devem aprender sobre o respeito as diferenças. Essa preparação é crucial para a consolidação de uma sociedade participativa. Como visto no trecho da LDB, a educação deve preocupar-se também com a preparação para o trabalho, reconhecendo a necessidade de preparar os indivíduos para atuarem no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que se deve equilibrar com uma formação pautada em valores e competências sociais a fim de garantir que os indivíduos que comporão a sociedade do futuro sejam íntegros e solidários.

Quando falamos em movimentos, leis e marcos que fazem a educação especial avançar, não podemos esquecer da Declaração de Salamanca, resultado de uma conferência mundial ocorrida na Espanha no período de 7 a 1 de julho de 1994, que visava tratar das necessidades especiais onde a UNESCO reuniu representantes de 92 governos, 25 organizações institucionais. Neste encontro buscou-se analisar e refletir sobre as mudanças necessárias para implantação de uma política que favorecesse uma educação integradora, que pudesse adaptar a escola a receber pessoas com alguma deficiência. Assim, nesta conferência foi aprovada a declaração de Salamanca garantindo a implantação de práticas voltadas para o atendimento especial, ficando asseguro o compromisso com a construção

de uma educação inclusiva, propondo um novo olhar sobre as especificidades e necessidades de cada educando. O princípio pedagógico fundamental estabelecido pela declaração de Salamanca é que:

As escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras devem acolher crianças com deficiências e bem-dotadas: crianças que vivem nas ruas e que trabalham: crianças de população distantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas, culturais e crianças de outros grupos ou zonas menos desfavorecida ou marginalizada (Declaração de Salamanca, 1994, p.17-18).

Apesar do comprometimento em garantir tal ação, sabe-se que este é um dos grandes desafios para a escola nos dias atuais, mas mesmo assim, é de fundamental importância que existam documentos que atestem a necessidade e fundamentem o cumprimento dessas ações. Por meio dessa conferência, o conceito de escola inclusiva começou a ser disseminado como um espaço democrático, que se organiza para receber a todos que a procuram, independentemente de cor, raça, sexo, credo, condição física, mental e social, entre outros aspectos.

3.1 O autismo na escola contemporânea

O autismo tem sido cada vez mais reconhecido como uma importante questão social, o que é extremamente benéfico para todos aqueles que lidam com o transtorno. Na escola torna-se cada vez mais frequente a chegada de alunos com TEA, o que para muitos professores caracteriza-se como um desafio. No entanto, apesar de não ser algo fácil, a inclusão escolar é necessária e deve ser uma das prioridades da instituição de ensino, pois uma escola regular inclusiva visa promover um ambiente que valorize a diversidade buscando a equidade.

Essa ideia de equidade parte da premissa de que todos os alunos deveriam aprender juntos, tendo as mesmas oportunidades dentro de um processo educativo baseado em práticas voltadas para o crescimento geral. No entanto, sabe-se que ainda não é bem assim que o processo educativo se desenvolve, e ainda existe um caminho a se percorrer até que seja possível alcançar esse cenário. Isso porque, a escola contemporânea advém de um contexto que surgiu baseado em práticas excludentes.

Em comparação com épocas passadas, muito tem se falado sobre a necessidade de inclusão e o espaço da pessoa com deficiência nos ambientes, no entanto, apesar das discussões sobre o assunto estarem se tornando mais recorrentes, esse grupo ainda tem encontrado grandes obstáculos em seu processo de participação e aceitação na sociedade. Sabe-se que a promoção da inclusão no espaço escolar é um grande desafio desse tempo, de maneira que o pouco investimento em ambientes e formação, além da falta de engajamento de todos os atores que formam o processo educativo contribuem significativamente com o avanço lento que se tem na área da educação inclusiva.

Um dos direitos previstos em lei é justamente o acesso e a permanência na escola garantido a todos os educandos (Brasil, 2023), mas para que isso seja possível é necessário que sejam oferecidas condições dignas e uma educação de qualidade para todos. No caso da pessoa com TEA é interessante que existam salas de recursos multifuncionais e atendimento especializado, além de profissionais capacitados para atuarem nesse processo educativo específico.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (Brasil, 2007, p.5).

O trecho destaca um entendimento abrangente sobre a movimentação existente para com a educação inclusiva nos dias atuais, reconhecendo que de modo geral é uma ação política, cultural, social e pedagógica, que visa garantir o direito a educação sem distinção. Nesse ínterim, é de fundamental importância reconhecer também que os conceitos de igualdade e diferença não são opostos, mas se complementam e devem ser a base para a formação social dos indivíduos. É importante compreender e ressaltar que o modelo de uma educação inclusiva apresenta não somente uma equidade formal, limitada a oferecer as mesmas oportunidades a todos os alunos, sem considerar a diversidade e a diferença. É nesse sentido que as práticas educativas especializadas são tão relevantes em sala de aula, pois é a partir disso que se pode levar os alunos com alguma deficiência a alcançar um bom desenvolvimento de todas as suas capacidades.

Muito se tem falado sobre o processo de inclusão, e quase sempre com a conotação de que inclusão e integração escolar seriam sinônimos. Na verdade, a integração insere o sujeito na escola esperando uma adaptação deste ao ambiente escolar já estruturado, enquanto que a inclusão escolar implica em redimensionamento de estruturas físicas da escola, de atitudes e percepções dos educadores, adaptações curriculares, dentre outros. A inclusão num sentido mais amplo, significa o direito ao exercício da cidadania, sendo a inclusão escolar apenas uma pequena parcela do processo que precisamos percorrer (Serra, 2004, p. 40).

Relacionando à pessoa com autismo, o ato de inseri-la no ambiente escolar não é ação suficiente para que esse indivíduo consiga alcançar os objetivos e metas educacionais, nem no seu sentido amplo, tampouco em seu sentido pessoal. Como citado acima, o ato de integrar, apenas coloca a pessoa com deficiência e espera que esta se adapte ao ambiente e as suas regras já estruturadas. Em se tratando de autismo, sabe-se que é quase impossível isso acontecer, já que a pessoa com TEA apresenta comportamentos bastante complexos em resposta as menores coisas do mundo exterior. Tem-se aí, uma necessidade de uma mudança crescente no meio educativo, de maneira que o espaço escolar e suas ações tornem-se objeto de reflexão para a mudança, com o objetivo de realmente incluir. Tal ação envolve desde a implementação de currículos mais flexíveis, até o desenvolvimento de métodos de ensino adaptativos, bem como a formação continuada.

Paulo Freire, que é reconhecido como um dos grandes educadores da história, enfatizou que a educação deve ser uma prática de liberdade, onde os alunos são agentes ativos em seu processo de aprendizagem.

A educação problematizadora, ao contrário da educação 'bancária', rompe com a alienação, pois através dela os homens se percebem como criadores de sua própria cultura e se reconhecem como seres em situação, em permanente constituição, na e com a realidade. A educação autêntica, repito, não se faz de 'A' para 'B' ou de 'A' sobre 'B', mas de 'A' com 'B',

mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos a serem conhecidos. Fazendo e refazendo este conhecimento e, assim, recriando o conhecimento já existente (Freire, 2011, p. 81).

Nesse trecho Freire (2011) traz uma importante crítica ao modelo de educação bancária, caracterizada por colocar os alunos como depósitos de informações colocadas pelos professores, o que em relação a pessoa com deficiência colocaria a o espaço escolar como algo nada benéfico para o desenvolvimento do indivíduo com TEA. Isso porque, um professor preocupado apenas em depositar informações nos alunos, obviamente não teria conhecimentos específicos e estratégias adaptadas para lidar com as especificidades de cada aluno, por esse motivo, o modelo de educação construído historicamente não se caracteriza como inclusivo.

Ainda relacionando o tema com o trecho citado, o autor defende que o aluno seja sujeito ativo no seu processo de construção de conhecimentos. No caso da pessoa no espectro autista, esse processo acontece de forma diferente dos demais, e por isso precisa da mediação necessária para que tudo possa ocorrer de maneira plena. Assim, essa necessidade de mediação é também um ponto central na construção de uma escola inclusiva e na inserção do autista na escola contemporânea. Através disso está a necessidade coletiva de uma ação que envolva a todos os atores que fazem parte do processo de escolarização da pessoa autista, isso envolve atores escolares, pais e sociedade em geral. É preciso ter em mente que para que a inclusão se torne uma realidade é de fundamental importância um trabalho em conjunto, partindo de ações governamentais, junto com o compromisso da família e escola.

É conhecida a existência de leis que asseguram os direitos educacionais de pessoas com deficiência, tanto para escola como para professores e alunos, ou seja, para todo o âmbito escolar. Entretanto, nem sempre foi desta maneira, pois a educação caminha a passos lentos para conseguir tais transformações no que diz respeito a educação inclusiva, especificamente falando de crianças com deficiência. Mais para que isso aconteça de forma coerente, a escola deve proporcionar a estas crianças cada um destes direitos e Mills ele diz algo neste sentido que:

A educação da criança com deficiência é uma atividade complexa, pois exige adaptações de ordem curricular que requer um cuidadoso acompanhamento de pais e professores e a escola é o lugar onde se vai adquirir conhecimentos mais complexos (Mills apud Schwartzman, 1999, p.45).

Neste sentido, a legislação é clara em relação a garantia de direitos de todos os cidadãos. De maneira que o ambiente escolar seja um lugar que proporcione não apenas conhecimento, mas, um convívio de prazer e crescimento pessoal, moral e intelectual. Nesse sentido, a escola torna-se um espaço propício para promover um desenvolvimento construtivo através da interação integrada nas diferentes metodologias e estratégias utilizadas pelo docente.

Mesmo que o cenário escolar acabe se mostrando um pouco hostil para com as diferenças, não se pode colocá-lo como vilão na vida do indivíduo com autismo. Como foi visto e discutido nos tópicos anteriores, muito do que se tem hoje veio de uma longa construção histórica que resultou neste cenário, de maneira que a falta de estrutura para lidar com a pessoa com TEA não é culpa da escola, mas a realidade pode ser transformada por ela. Em tudo isso, o corpo docente tem um papel fundamental, desde que professor busque conhecer seu aluno e suas necessidades específicas, pode-se alcançar uma prática

pedagógica adaptada, organizando suas aulas e materiais de acordo com o que o autismo pede enquanto condição humana.

A inclusão é um desafio significativo para os professores, especialmente no contexto atual, onde as expectativas quanto à qualidade do ensino para pessoas com deficiência são diferentes. O que se busca é um projeto educacional que realmente integre o aluno e permita que ele adquira conhecimento de forma equitativa. A responsabilidade de implementar as novas propostas educacionais que chegam às escolas recai quase inteiramente sobre os professores. Essas propostas, ao serem introduzidas nas salas de aula, muitas vezes necessitam de diversas adaptações para que possam ser eficazes de acordo com as particularidades de cada situação, reconhecendo que cada contexto é único.

A sociedade está em constante mudança e, com isso, surgem novos alunos nas escolas, cada um com necessidades diferentes. Essa realidade exige uma nova abordagem, que só pode ser alcançada com uma mudança de pensamento. A educação inclusiva é um campo relativamente recente no âmbito educacional. Como discutido anteriormente, no passado, a preocupação com as pessoas com deficiência era mais voltada para o cuidado do que para a educação formal. Nesse contexto, o papel do tutor na sala de aula era principalmente o de cuidador, e as escolas não possuíam adaptações para atender às necessidades dessas pessoas.

Hoje em dia, há uma preocupação crescente com a adaptação dos ambientes, mas isso, por si só, não é suficiente. É essencial contar com profissionais com formação adequada para trabalhar com alunos com deficiência. Embora haja um aumento na conscientização, ainda enfrentamos muitos desafios na sociedade quando se trata de inclusão, pois nossos costumes e práticas tendem a seguir padrões que não são inclusivos. Isso ocorre porque o meio social geralmente não planeja suas atividades e estruturas com foco nas minorias, mas sim nas majorias. Pessoas com deficiência, sendo parte de grupos minoritários, acabam muitas vezes sendo negligenciadas nesse processo.

O surgimento de uma nova abordagem educacional é, assim, fundamental para que a escola seja capaz de aceitar a responsabilidade educacional visando o progresso de todos os alunos, pelo qual a adoção de um programa inclusivo pressupõe. Necessariamente, uma abordagem que substitua o modelo tradicional consubstanciado num currículo padronizado, na avaliação quantitativa do aluno – prescrição – e ensino especializado, para uma abordagem focalizada no individual e na relação deste com o social, assim como a avaliação das condições únicas do ensino e da aprendizagem dos educandos. (Menezes, 2012, p.09)

Nas palavras do autor podemos perceber a importância de uma nova abordagem educacional, no sentido de a escola assumir plenamente a sua responsabilidade com o progresso de todos os alunos. Tal mudança pode ser difícil, pois requer o abandono do modelo que conhecemos como “tradicional”, do qual vimos descrito nas palavras de Freire (2011) anteriormente. Assim, a adoção de uma abordagem que valorize as necessidades individuais é fundamental, bem como as discussões sobre isso nos momentos de formação.

A mudança da sociedade em relação à aceitação de pessoas com deficiência pode começar no ambiente educacional, já que a escola e a sociedade se influenciam mutuamente. A escola pode desempenhar um papel significativo na transformação da sociedade. Para isso, as instituições precisam adotar uma nova abordagem curricular, buscando transformar práticas e romper com antigos padrões, o que representa um desafio. Como visto nos tópicos anteriores, a falta de estrutura também se configura como um problema.

3.2 O papel do professor na educação inclusiva

A educação inclusiva deve garantir acesso e permanência dos estudantes, visando também o pleno desenvolvimento de cada indivíduo em todos os aspectos. É fundamental que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, tenham a oportunidade de aprender e desenvolver as mesmas habilidades que as outras crianças. Para isso, é essencial que os professores estejam capacitados, possuindo os conhecimentos e habilidades necessários para desempenhar essa função de forma eficaz.

O papel do professor como mediador é crucial, especialmente no contexto da educação especial. É essencial que as metodologias de ensino sejam continuamente reavaliadas com foco na autoria dos estudantes. A escola deve priorizar a formação contínua de seus professores, incentivando o desenvolvimento profissional docente ao longo do tempo. Além disso, os próprios educadores têm a responsabilidade de buscar oportunidades de desenvolvimento profissional, com o objetivo de melhorar continuamente o processo de ensino e aprendizagem.

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como, professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996, p. 35)

A LDB nº. 9394/96 traz a obrigação dos sistemas de ensino no sentido de oferecer o suporte necessário para os alunos que tenham necessidades específicas, destacando a obrigatoriedade de estes serem recebidos por professores devidamente qualificados. O trecho também destaca a necessidade de o docente atuante nessa área tenha uma formação específica e aprofundada na área do atendimento especializado. É importante ressaltar que a formação dos professores que atuam no ensino regular também é de suma importância para que haja realmente uma inclusão dentro do ensino atual.

A atenção à educação especial deve começar já nos cursos de formação de professores, pois como ex-alunos saídos dos cursos de licenciatura, percebe-se que há uma carência significativa no processo formativo quando se fala em educação especial. Com isso, a produção de saberes e de materiais para atuar com alunos com TEA, bem como com pessoas que apresentem alguma deficiência, deveria ganhar destaque também na formação inicial.

A inserção de uma criança com autismo em escolas regulares junto com as demais crianças ditas “normais”, não significa a isentar de cuidados especiais, pelo contrário, é um meio de desenvolver de forma ainda mais plena as habilidades da criança, principalmente sua capacidade de interação e contato com o outro. Mas, para promover essa participação efetiva, o docente, primeiro deve ter uma compreensão sobre a complexidade da educação inclusiva, a fim de não tornar sua prática excludente.

Outro ponto que cabe destacar é a questão das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), que vieram justamente auxiliar no atendimento dos alunos portadores de deficiência, que no caso, auxilia também os professores. As SRM foram criadas sob o pensamento de não negligenciar mais o desenvolvimento de um modelo de educação inclusiva, destacando também a importância dos recursos pedagógicos para o atendimento específico.

As salas de recursos no Brasil foram criadas nos anos 80, embora tenha começado a ser pensada na década de 70, tendo como objetivo atender as

peessoas com algum tipo de deficiência que estavam frequentando o ensino regular. Portanto, historicamente, a constituição da sala de recursos se deu no Brasil no ano de 1980, configurando-se em uma alternativa ao processo de segregação que as pessoas com deficiências enfrentavam no cotidiano. (Anjos, 2011, p. 2).

Essa sala é uma interessante opção para se reforçar os processos inclusivos, pois ao mesmo tempo em que o aluno frequenta a escola normal, pode ter um atendimento próprio adaptado as suas necessidades, não como um reforço, mas como algo integrado ao seu processo de desenvolvimento, garantindo sua permanência na escola e transpondo as barreiras do preconceito. Com uma sala onde o aluno pudesse vivenciar um apoio especializado, a escola tem uma importante ferramenta no ato de tornar-se mais inclusiva. No entanto, as SEM e o próprio AEE ainda não são uma realidade em todas as escolas brasileiras, já que de acordo com a bibliografia pesquisada muitas escolas ainda não depõem deste recurso em sua estrutura organizacional

No núcleo desse processo está o professor, que é quem realmente enfrenta diretamente as condições dos cenários educacionais brasileiros, que são bastante desfavoráveis. Sabemos da fragilidade das políticas de políticas públicas em educação em incentivar e apoiar o trabalho docente, inclusive da falta de empenho em promover melhorias. Contudo, a discussão sobre como melhorar as práticas educacionais sempre converge para o mesmo ponto: a necessidade de formação continuada em todos os níveis de ensino. A sociedade mudou, e, conseqüentemente, as escolas também passaram por alterações, embora de forma gradual. Essa transformação exige também uma mudança de postura por parte dos profissionais da educação.

A escola inclusiva, segundo Miranda e Jesus (2002) enfrenta a dificuldade em garantir o ideário da educação para todos. Alerta para a existência de duas categorias de exclusão: a exclusão da escola e a exclusão na escola. A exclusão na escola é considerada como o problema mais grave, pois, produz a reprovação e a repetência tão comuns nas escolas, resultando na desistência dos alunos, ou até mesmo os pais retiram os filhos das escolas por sentir-se mal com essa situação de exclusão.

Os desafios diários enfrentados pelos professores que trabalham com crianças com limitações são provavelmente muito desanimadores, devido à escassez de recursos essenciais, como formação adequada para os educadores, materiais apropriados, espaços adaptados e possivelmente maior envolvimento familiar, entre outras necessidades que apenas o próprio professor pode avaliar com precisão. Conclui-se, portanto, que os sistemas de ensino no Brasil ainda têm muito a avançar no que diz respeito à educação inclusiva.

Devido a essa "falta" notada em tantos aspectos, a educação do país ainda deve levar um tempo para que alcance um padrão de qualidade e que seja realmente inclusiva. Por mais que sejam criadas políticas que incentivem uma mudança de todas as escolas, não é de repente que tudo vai acontecer, as coisas levam tempo, principalmente se levarmos em consideração a falta de um projeto de educação consistente em nosso país. . Assim, concordamos com Zuin (1997) quando destaca que:

A escola pode ser um espaço onde os conceitos fundamentais de natureza moral como dignidade, igualdade, autonomia passam a ser criticados em sua aplicação... a emancipação é um tipo especial de auto experiência porque nela os processos de auto entendimento se entrecruzam com um ganho de autonomia (...) Os melhoramentos práticos da educação escolar podem ser feitos no seu próprio interior, sem a garantia de emancipação, como a razão apostou na origem da modernidade, mas, sem dúvida, com

bens de aprendizagem.... diante do improvável, da despedida das ilusões, tão caras e perturbadoras, a educação encontra no mundo prático a última instância para justificar as ações pedagógico (Zuin. 1997, p. 238).

Diante disso, torna-se indispensável compreender que a função da escola está em possibilitar a construção coletiva do conhecimento, onde o aluno precisa ser visto como o protagonista do processo de ensino-aprendizagem. Diante disso, os contextos de ensino precisam lidar com as mais diferentes estratégias para que os objetivos sejam alcançados, e ainda levar aos alunos os principais valores inerentes à convivência social. Nisto a escola pode melhorar às suas práticas visando à promoção da aprendizagem em todos os sentidos, mesmo que isso não ecoe socialmente de maneira imediata.

4. METODOLOGIA

Este estudo, organizado de forma sistemática, caracteriza-se como uma Revisão Bibliográfica (Gil, 2012) situada na área de educação. A definição da metodologia partiu da escolha dos objetivos, diante de nossa intenção em desenvolver um olhar reflexivo sobre os principais desafios e possibilidades no contexto vivenciado em sala de aula em relação ao autismo.

Para isso, utilizou-se como referência para uma análise qualitativa os trabalhos publicados nos Anais (ISSN: 2358-8829) do IX Congresso Nacional de Educação (CONEDU), organizados na modalidade de comunicação oral e disponíveis no GT Educação Especial. O recorte desses trabalhos se deu através de alguns critérios de inclusão, com base nos objetivos da pesquisa. Como critérios de inclusão foram considerados os trabalhos completos relacionados diretamente ao contexto de ensino de estudantes com TEA, utilizando os descritores “autismo”, “autista” e “transtorno do espectro autista”. De acordo com os critérios de exclusão, não fizeram parte do estudo os artigos que não tivessem relação direta com o nosso objeto de estudo.

Após estratégias de busca, foram identificados 44 trabalhos completos. Desse conjunto, apenas 6 trabalhos foram considerados como parte da revisão deste estudo. Em seguida, foram lidos na íntegra de modo a identificar com maior profundidade os seus aspectos de inclusão, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1: Artigos completos CONEDU 2023 (modalidade comunicação oral)

Nº	Título do Artigo
01	A INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UMA REVISÃO DE LITERATURA
02	INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE SOBRE ANSEIOS E DEMANDAS DOS PROFESSORES
03	OS DESAFIOS DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA CRIANÇAS AUTISTAS: O QUE DIZEM OS PROFESSORES
04	PERSPECTIVAS DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR PARA ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
05	POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO CONTEXTO ESCOLAR.

06	PRÁTICAS DE ENSINO PARA ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)
----	---

Fonte: Autoria própria (2024)

Nesse contexto da Revisão Bibliográfica, tem-se a oportunidade de aprofundar um conhecimento acerca dos contextos educacionais relacionados à inclusão dos estudantes com TEA, de modo a reconhecer lacunas, tendências e debates atuais relacionados à temática investigada. Isso ajudou a estabelecer comparações entre as teorias, além de permitir uma profunda reflexão sobre as diferentes realidades educativas. Assim, esta revisão bibliográfica aparece como um dos pilares da construção do trabalho acadêmico, assegurando que a pesquisa alcance os resultados propostos.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos artigos publicados no evento, partimos da observação do que é intitulado "A Inclusão do Aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA): Uma Revisão de Literatura", que explora uma importante problemática que é a inclusão de alunos com TEA no ensino fundamental, expondo os desafios e as práticas pedagógicas que garantam um ensino inclusivo. Assim, a pesquisa desenvolvida no artigo, é também uma revisão bibliográfica e analisa pontos importantes como a legislação brasileira, mostrando que, assim como foi visto em nossa revisão bibliográfica, ainda existem grandes desafios na efetivação da inclusão escolar no Brasil (Câmara, et al., 2023).

Neste primeiro artigo analisado, nota-se que apesar dos marcos legais existentes que fortalecem a inclusão nas escolas, os professores enfrentam bastante dificuldade em sala de aula na aplicação das práticas pedagógicas com alunos que apresentam necessidades específicas. Os autores destacam como forma de lidar com tais dificuldades o uso de recursos pedagógicos e o desenvolvimento de estratégias que envolvam tecnologias assistivas, jogos educativos, entre outras estratégias inovadoras que sejam exclusivamente pensadas para a situação vivenciada. Além disso, o artigo ainda coloca a relação família e escola como fundamental no desenvolvimento da pessoa autista (Câmara, et al., 2023).

O segundo artigo do qual tomamos como base para nossa pesquisa, volta-se para os anseios dos professores, preocupando-se em como estes lidam com os alunos autistas. Existem muitas carências no que tange a formação de professores, no entanto, o estudo ressalta em grande parte a necessidade de formação continuada, bem como as diferentes estratégias e materiais que são importantes e necessários para a melhor inserção do aluno autista em sala de aula. A falta de formação continuada acaba se tornando um problema, pois, à medida que o tempo passa, mais descobertas acontecem, mostrando mais especificidades sobre o TEA, e à medida que isso acontece cresce a necessidade de o ambiente escolar acompanhar esse avanço, configurando-se em mais um desafio para o corpo docente (Cirino; Ramos, 2023).

Ligado a isso, o terceiro artigo listado para a análise, considera também aquilo que os professores sentem em relação ao ensino voltado para crianças com TEA. Sendo que o estudo analisa narrativas dos professores, logo de início é possível notar que os professores sentem dificuldade em adaptar as atividades de uma maneira que possa atender as necessidades dos alunos. Com isso, entende-se que apesar dos estudos, discussões e avanços, muitos educadores atuantes sentem bastante dificuldade no desenvolvimento de sua práxis. Dessa forma, os resultados do artigo indicam que, apesar das políticas de inclusão, os professores da educação infantil sentem-se despreparados para lidar com crianças autistas. Eles enfrentam dificuldades na adaptação do currículo e na criação de

atividades que engajem essas crianças. A falta de formação específica e de suporte institucional são apontadas como as principais barreiras para uma inclusão efetiva (Jesus, et al., 2023).

Nos artigos que se seguem, encontram-se apontamentos bastante semelhantes, na medida que se pode notar que em todos eles há em comum o destaque para a necessidade de formação continuada por parte dos professores. Os seus apontamentos evidenciam que, apesar das políticas públicas, e movimentos pela inclusão serem mais crescentes nos últimos anos, dentro de sala de aula a relação diária entre professores, alunos e materiais ainda encontra dificuldades em funcionar de maneira plena, afetando significativamente os resultados.

No artigo “Práticas de ensino para estudantes com transtorno do espectro autista (TEA)”, também é abordada a necessidade de práticas inclusivas voltadas para estudantes com TEA, aparentemente essa necessidade é unânime entre os artigos pesquisados. Infere-se assim que, nos estudos atuais sobre o autismo na escola, há uma grande lacuna na formação dos professores, bem como na existência de material para trabalhar de maneira mais inclusiva. No entanto, a inclusão escolar requer um planejamento pedagógico especializado que considere as características específicas dos discentes, com isso vemos, mais uma vez, a discussão desaguar na necessidade de formação continuada para os professores, bem como melhorias na formação inicial (Carvalho; Costa, 2023).

Os resultados dos artigos pesquisados, mostram muita semelhança com o que foi colocado e discutido aqui no nosso referencial teórico, pois trazem considerações sobre a importância do avanço na legislação, e concordam em como isso foi benéfico para a educação especial. Mas como visto anteriormente, apesar desse grande avanço em relação as leis, há um grande distanciamento ainda entre aquilo que está no papel e o cenário que realmente existe na escola. Além disso, a formação de professores é reconhecida por todos como um ponto crucial no sentido de fazer uma educação mais inclusiva, isso porque, o professor é mediador do ensino, sendo assim, é ele que guia do começo ao fim esse processo e por esse motivo precisa estar apto a atuar frente a pessoas com autismo a fim de levá-las a alcançar o máximo de seu desenvolvimento.

Sabe-se que o autismo é uma descoberta relativamente nova, e sua inserção do meio social e escolar também é recente. Hoje busca-se incluir a pessoa com TEA, bem como com outras necessidades específicas, no entanto, tal ação torna-se sem efeito inclusivo quando não se tem um ambiente propício para que isso aconteça. Por esse motivo é importante ressaltar a necessidade de se estar cada vez mais produzindo conhecimentos sobre este tema e desenvolvendo novas pesquisas a fim de construir uma escola e uma sociedade mais justa e igualitária, pautada no conhecimento e na compreensão das necessidades especiais da pessoa com autismo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre a educação para a diversidade são de fundamental importância no nosso tempo e para o contexto em que a escola se insere. De acordo com a pesquisa desenvolvida, nota-se que muito já se sabe e se compreende sobre as necessidades dos alunos com TEA. No entanto, devido ao cenário segregador e excludente do qual a educação especial surgiu, ainda serão necessários muitos esforços para que a escola se torne um ambiente realmente inclusivo.

Isto depende de inúmeros fatores, por isso, diz-se que não é um caminho tão fácil, pois depende de ações, estudos, estrutura dos ambientes, formação de professores, conscientização da sociedade, entre muitas outras questões inerentes ao funcionamento da educação e da sociedade. E partindo do que se tem hoje em termos de educação infere-se que será necessário algum tempo de trabalho dedicado a compreensão do TEA, para que se

tomem as medidas que sabemos ser indispensáveis para o ensino voltado a pessoas com deficiência.

Além disso, a aproximação entre escola e sociedade torna-se cada vez mais urgente, tendo em vista que o autismo precisa ser reconhecido como um transtorno que na maioria dos casos o indivíduo pode ter uma vida normal, de maneira que a pessoa autista pode ser inserida no meio social dependendo do seu nível de suporte. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se fala sobre a importância das práticas inclusivas, deve-se destacar o combate ao preconceito como um dos pontos cruciais para a transformação do social em um ambiente mais acolhedor em relação as diferenças. Em sala de aula, para os alunos com convivem com pessoas autistas, existe a possibilidade de aprender sobre o respeito as diferenças e a valorização da igualdade de direitos, contribuindo significativamente para uma sociedade mais inclusiva no futuro.

No entanto, vale salientar que a inclusão não se resume apenas em inserir alunos com alguma deficiência na escola, colocando-os sem nenhum planejamento ou preparo por parte dos profissionais, mas também à garantia de um ambiente realmente inclusivo e a participação garantida em todas as atividades. Essa necessidade destaca a formação de professores como um dos pilares fundamentais para o sucesso da educação especial, já que uma educação de qualidade depende de um contexto de formação adequado e significativo para o desenvolvimento profissional docente.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Isa Regina Santos dos. **O atendimento educacional especializado em salas de recursos. Revista fórum identidades.** Itabaiana, ano 5, v. 9, jan.\jun. 2011.

BARROS, Nádia Cristina Macias. MAURO, Fádias Yasmin Costa. **Políticas públicas na educação especial: possibilidades e desafios para a inclusão de alunos com transtorno do espectro autista (tea) no contexto escolar.** Anais IX CONEDU, 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** n. 1 a 6/1994. Brasília, DF: Senado Federal, 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Sociedade Brasileira de Pediatria. **Manual de Orientação: Transtorno do Espectro do Autismo.** Nº 05, Abril de 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2007

BRASIL. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília, 1994.

CÂMARA, Solange Gomes de Medeiros. OLIVEIRA, Fátima Raquel de Góis. FERNANDES, Sheila Beatriz da Silva. ALVES, Elinaide Maia de Lima. DANTAS, Leila

Maia Custódio. **A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista (tea): uma revisão de literatura.** Anais IX CONEDU, 2023.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. **História da educação especial: Em busca de um espaço na história da educação brasileira.** Unesp, Bauru, 2001.

CARVALHO, Laiara Lima de. COSTA, Walber Christiano Lima da. **Práticas de ensino para estudantes com transtorno do espectro autista (TEA).** Anais IX CONEDU, 2023.

EHLERT, Maria Julia Hunning, MARTINS, Cátia Alves. **Perspectivas de uma educação inclusiva: Um olhar para estudantes com transtorno do espectro autista.** Anais IX CONEDU, 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

JESUS, Juliana Paixão de. SILVA, Solange Cristina da. BÖCK, Geisa Letícia Kempfer. **Os desafios do trabalho pedagógico na educação infantil e educação inclusiva para crianças autistas: O que dizem os professores.** Anais IX CONEDU, 2023.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.

LOPES, Lorena Mart in. **Ludicidade: Uma alternativa para a educação inclusiva no ensino regular.** Medianeira, 2012.

MELLO, Ana Maria Ros de; Andrade, Maria América; Ho, Helena; Souza Dias, Inês **de Retratos do autismo no Brasil.** 1ª ed. São Paulo: 2013.

MENEZES & DECHICHI, Suzimeire Gomes, Claudia. **Educação infantil: trajetória rumo à inclusão.** Uberlândia, 2012.

MENDES, Ericléia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

MILLS. **A educação da criança com deficiência.** apud SCHWARTZMAN, Simon. Um espaço para a criança: a creche e a pré-escola no Brasil. São Paulo: Nova Stella, 1999.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. JESUS, Tércio Rios. **Educação Inclusiva ou Integração escolar?** Revista de Educação CEAP. Salvador. Número 35, págs. 45-58, dezembro 2001/fevereiro 2002.

PINTO, Rayssa Naftaly Muniz, Et Al. **Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares.** Rev. Gaúcha Enferm. (Online) 37 (3), 2016.

SERRA, Dayse Carla Genero. **A inclusão de uma criança com autismo na escola regular: desafios e processos.**— UERJ/ RJ, 2004.

ZUIN, Antônio Álvaro Soares; PUCCL, Bruno; RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton.
Adorno: o poder educativo do pensamento crítico. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.